

# União quer recomprar títulos

A idéia é reduzir já quase 6,5% da dívida interna, calculada em Cr\$ 7,5 trilhões

JOCIMAR NASTARI

BRASÍLIA — Pela primeira vez em dez anos o governo deverá recomprar uma parte de sua dívida interna. O Ministério da Economia estuda a possibilidade de empregar de Cr\$ 400 bilhões a Cr\$ 500 bilhões de seu superávit fiscal, previsto em mais de Cr\$ 600 bilhões para 1990, na recompra de títulos da dívida mobiliária federal. Esses papéis estão, na sua maior parte, nas mãos dos bancos e dos investidores institucionais, como entidades de previdência privada.

A operação traria redução de 5,5% a 6,5% do total da dívida interna, hoje calculada em torno de Cr\$ 7,5 trilhões. Os estudos mostram que a recompra dos títulos deveria começar em junho e prolongar-se até o fim do ano, obedecendo a um cronograma mensal, para evitar impacto monetário muito grande. O governo compraria basicamente Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), papel que compõe 80% do estoque atual da dívida mobiliária em poder do público.

A recompra não estava nos planos originais do governo, quando baixou as medidas de ajuste fiscal do Plano Collor. A idéia inicial era congelar os recursos criados pelo superávit fiscal em conta especial no Banco Central. A diminuição do total da dívida não era prioridade, porque outra medida mais importante deveria ser adotada ra-

pidamente: o alongamento dos prazos de resgate dos títulos públicos.

Realmente isso aconteceu, mas em tempo menor e em volume muito maior do que o esperado. Em apenas um mês, o governo conseguiu alongar o perfil da dívida em vencimentos médios acima de nove meses, para praticamente 95% dos papéis em po-

der dos investidores. A meta era fixar novos prazos de vencimentos para 80% da dívida, ao longo de dois meses.

## CAIXA ALTA

Com o rápido sucesso obtido no alongamento dos prazos, os técnicos passaram a analisar a possibilidade de empregar o superávit fiscal na diminuição da dívida. A princípio, o governo pretendia começar a recompra de papéis federais mais para o fim deste ano.

Se o governo desejasse poderia comprar de uma só vez até Cr\$ 500 bilhões de sua dívida interna, porque esse é o total de recursos que sobra em seu caixa atual. Mas essa operação aumentaria muito a liquidez da economia (quantidade de dinheiro em circulação). Essa disponibilidade de caixa crescerá ainda mais em maio, mês em que a execução do orçamento da União apresentará mais um superávit significativo.

O resultado positivo previsto para este mês deverá ultrapassar Cr\$ 120 bilhões. Esse superávit será resultante de arrecadação tributária global de Cr\$ 510 bilhões, contra gastos inferiores a Cr\$ 390 bilhões. Para junho, o Ministério da Economia prevê superávit menor, em torno de Cr\$ 70 bilhões.